

CIDADANIA

Em 15 anos de vida, o MPD mostra que vale a
pena trabalhar por um país mais democrático



Linha do tempo

Confira a participação do MPD
na história recente do país

MPD hoje

Projetos de educação popular do direito,
seminários, congressos e muito mais

Divulgando idéias

Saiba mais sobre nosso programa
de tevê, nossa revista e nosso site

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

Movimento do Ministério Público Democrático
Rua Riachuelo, 217 - 5º andar
CEP: 01007-000
São Paulo, SP
Tel./fax: (11) 3241-4313
www.mpd.org.br

Edição:

Carolina Stanisci (Mtb 40.506)

Pesquisa:

Elisa Amaral

Assistente de produção:

Alexandra De Maio

Ilustrações:

Paulo Caruso

Projeto gráfico:

Fernando Wada - TORO estratégia em comunicação

CTP, impressão e acabamento:

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Agosto de 2006.

Agradecemos a todos os membros do Movimento do Ministério Público Democrático que tornaram possível a execução desta edição especial da "MPD Dialógico" cedendo gentilmente seu tempo para as entrevistas.



imprensa oficial

SUMÁRIO

O MPD	04
NOSSA HISTÓRIA	06
Seminários e Congressos	06
Iniciativas e Campanhas	08
O MPD HOJE	09
Projetos	09
Atuação no exterior	12
Divulgando idéias: tevê, revista e site	13

O MPD

Há várias maneiras de contar uma história. Em poucas linhas: o Movimento do Ministério Público Democrático surgiu há 15 anos da associação de promotores e procuradores em torno da crença de que servir ao povo é o maior compromisso do Ministério Público.

Tudo isso é verdade, sim. Mas é preciso tomar fôlego e retroceder alguns anos na história do Brasil para saber a origem do Movimento do Ministério Público Democrático, o MPD.

Em meados da década de 1980 a cena política brasileira foi dominada pelos embates em torno da Assembléia Nacional Constituinte. O texto promulgado em 1988 reafirmou a disposição da sociedade de consolidar a democracia no país.

Era o início de um novo capítulo da nossa história, e o clima era de renovada esperança e de confiança nas instituições brasileiras.

A Constituição traduziu os anseios dos cidadãos: garantias de liberdade de expressão, igualdade entre homens e mulheres e condenação da tortura estavam presentes no texto, que contém ainda mais medidas em favor do cidadão.

Foi a consagração do Estado Democrático de Direito. E os constituintes confiaram ao Ministério Público a importante missão de defender o regime democrático e de zelar pelo cumprimento da lei. Foi nesse caldo de cultura que surgiu o MPD na cidade de São Paulo.

Trata-se de uma associação civil sem fins econômicos, com abrangência nacional, fundada por membros do Ministério Público que buscam incessantemente tornar o Ministério Público mais independente, mais comprometido com a causa social e,

acima de tudo, mais democrático. Democrático? A esta altura cabe a indagação: se o órgão ganhou importantes funções a partir da Constituição de 1988, ele não é democrático? Sem dúvida. É uma instituição brasileira que como todas as outras deve obedecer aos princípios do Estado Democrático de Direito.

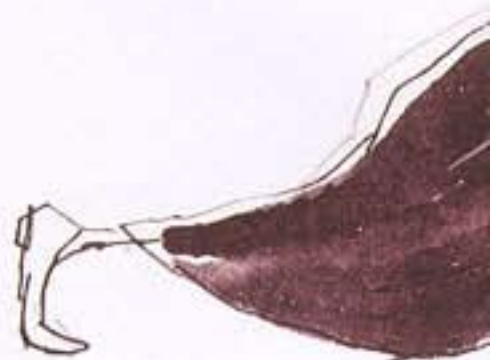
Para explicar então o porquê da criação de uma associação nos moldes do MPD precisamos viajar um pouco mais no tempo. É na Europa das décadas de 1960 e 1970 que está a semente dos ideais que inspiraram os fundadores do MPD.

Lá brotaram diversas entidades movidas pelo desejo de democratizar o acesso à Justiça, como a italiana "Magistratura Democrática", a espanhola "Jueces para la Democracia" e o Sindicato do Ministério Público de Portugal.

Em 1985, essas associações se uniram em torno de uma congregação, a "Magistrados Europeus pela Democracia e Liberdades", a Medel.

Essas entidades existem até hoje em países que há muito tempo consolidaram suas instituições democráticas. Elas permanecem ativas, pois promotores, procuradores e magistrados europeus sabem da importância do debate contínuo sobre a aplicação das leis, bem como do risco que as palavras correm de ficar ao sabor do vento e sem aplicação prática.

O MPD mantém diálogo permanente com a Medel, como se verá nas próximas páginas onde estão registrados os principais episódios da nossa trajetória. Nós nos inspiramos em seu estatuto para escrever o nosso.



"Uma Justiça mais justa e um país menos desigual só são atingidos com o trabalho incansável de organizações como o MPD."

Claudio Weber Abramo, jornalista e diretor-executivo da ong Transparência Brasil

Sabemos que há muito trabalho a fazer, mas para quem começou tendo como sede o salão de festas do prédio de um associado, crescemos: hoje o MPD tem mais de 300 associados em 22 estados. Temos projetos voltados à educação popular do direito, organizamos congressos direcionados aos operadores do direito e nos engajamos em movimentos da sociedade civil com o fim de fortalecer nossas instituições democráticas.

Somos uma jovem associação de 15 anos, e um de nossos maiores patrimônios é a experiência de alguns associados com décadas de serviços prestados ao Ministério Público. Ao lado da sabedoria, possuímos a energia típica dos adolescentes para começar novas e desafiadoras empreitadas.



Democracia Direitos Liberdade
Responsabilidade Humanização
Igualdade

BRASIL

Impeachment do presidente da República, Fernando Collor de Mello

1992

Carandiru: motim reprimido pela PM na capital paulista resulta na morte de 111 detentos

1993

Plebiscito consagra o presidencialismo como sistema de governo do Brasil

Candelária, RJ: oito crianças e adolescentes de rua são executados por grupo de extermínio

21

Eldorado dos Carajás, PA: 19 sem-terra são mortos em confronto com a polícia

1996

Governo FHC apresenta projeto mais tarde conhecido como "lei da mordida"

1997

LINHA DO TEMPO

1991

MPD

Fundação do Movimento do Ministério Público Democrático

1994

Participação em Congresso dos Magistrados Europeus pela Democracia e Liberdades, em Lisboa

1995

Congresso do MPD: "O Ministério Público e a Democratização do Sistema de Administração da Justiça"
Lançado o boletim "Movimento do Ministério Público Democrático"
Inauguração do curso Promotoras Legais Populares em SP

1997

Congresso do MPD: "O Ministério Público e os Direitos Humanos"

NOSSA HISTÓRIA

A trajetória do Movimento do Ministério Público Democrático se confunde com a história recente das instituições democráticas do país. Desde a sua fundação o MPD tem agido no sentido de fazer com que a nossa democracia exceda a forma e se transforme em prática cotidiana, seja por meio da realização de congressos e seminários, ou por meio da participação em iniciativas, campanhas e movimentos ao lado de outras organizações da sociedade civil. Estamos sempre lutando para que os princípios do Estado Democrático

de Direito não sejam apenas aspirações, mas se transformem em realidade.

SEMINÁRIOS E CONGRESSOS

O MPD organiza congressos e apóia a realização de eventos relacionados ao aperfeiçoamento da legislação brasileira e de sua aplicação, sempre tendo em vista a realidade sociocultural brasileira.

Nossos congressos em geral têm como público

A polêmica "Lei da Mordada" é aprovada na Câmara dos Deputados

Editada medida provisória para punir membros do Ministério Público que divulguem informações depois comprovadas inverídicas

Moradores de rua são assassinados por grupo de extermínio no centro da cidade de SP
 Recurso do deputado Remi Trinta (PL-MA) que questiona poder de investigação do Ministério Público entra no pauta de julgamento do plenário do STF
 Referendo sobre comércio de armas de fogo
 Explode crise no governo Lula devido a denúncias de compra de apoio político no Congresso

O PCC promove o terror no estado de São Paulo com rebeliões em presídios e ataques a denúncias a prédios públicos e privados
 Sancionada a lei que cria a Defensoria Pública de São Paulo

1999

2001

2004

2005

2006

2000

2001

2002

2003

2004

2005

2006

Inauguração do primeiro site do MPD

Lançamento do programa de tvê do MPD, "Trocando Idéias"

MPD assina o "Manifesto contra a Impunidade"
 Distribuição a promotores e procuradores eleitorais da cartilha "Lei 9840/99 passo a passo," da Comissão Brasileira Justiça e Paz

Seminários em parceria com a OAB-SP sobre a mídia, o Ministério Público, violência doméstica e direito de família

Congresso do MPD: "Conhecendo a Sociedade Brasileira Contemporânea"

Lançamento da revista do MPD

Inauguração de curso jurídico "Investigar é Preciso"

Apoio ao movimento "Da Indignação à Ação" com a ong Educafro

MPD integra o ConPAZ na Ass. Legislativa de SP

Realização do curso "Legislativa de SP"

Populares em Parelheiros, SP

Lançamento do livro "Justiça, Cidadania e Democracia", co-edição com a Imprensa Oficial

os operadores de direito e também são abertos a todos aqueles que estejam interessados em debater o reflexo social das leis no país. Em 1995, em Ribeirão Preto (SP), "O Ministério Público e a Democratização do Sistema de Administração da Justiça" foi o tema de debate sobre a ineficácia da Justiça Criminal. Com o congresso "O Ministério Público e os Direitos Humanos", que aconteceu em Foz de Iguaçu (PR) em 1997, avançamos e traçamos novas perspectivas para o direito penal.

Em 2004, o congresso "Conhecendo a Sociedade Brasileira Contemporânea", realizado na cidade de São Paulo, contou com a partici-

pação de profissionais do direito, da comunicação, da sociologia e de outras áreas para formar um panorama abrangente da vida brasileira em nossos dias. As palestras desse último encontro foram encerradas com uma Audiência Pública em que membros do Ministério Público (MP) discutiram ao lado de profissionais de outras áreas a eficiência do sistema de Justiça brasileiro.

Como a base do MPD é a democratização do acesso à Justiça, não poderia ficar de fora o debate sobre o tema. Em 2003, em encontro ocorrido na capital paulista denominado "Assistência Jurídica Integral: um Caminho

CLUSÃO Democracia Direitos JUSTIÇA liberdade de Igualdade Humanização

para o Acesso à Justiça", em parceria com outras entidades, reforçamos a obrigação do Estado de fornecer assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovam insuficiência de recursos, pois acreditamos que a garantia do acesso à Justiça é um passo fundamental em direção à igualdade de direitos.

O progressivo aumento da criminalidade no país também nos obrigou à reflexão. Para entender e combater essa mazela de nossa sociedade, organizamos na cidade de São Paulo o colóquio "Direito e Atos de Terrorismo", em 2001, o simpósio "Violência e Causas da Criminalidade", em 2002, e o seminário "Direitos Humanos e Responsabilidade Penal Juvenil", em 2003. Por essas iniciativas, em 2005 o MPD foi convidado pela Assembleia Legislativa de São Paulo para integrar o conselho que monitora se os projetos de lei da Casa estão de acordo com a cultura da paz, o ConPAZ.

E, como não poderia deixar de ser, promovemos ao lado de antigos parceiros como a ong União de Mulheres eventos como o "Viena + 10", ocorrido em São Paulo (SP) em 2003, com o objetivo de examinar, dez anos depois da II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos da ONU, em Viena, na Áustria, se o programa assinado na ocasião sobre os direitos humanos das mulheres vem sendo seguido.

INICIATIVAS E CAMPANHAS

Em parceria com outras entidades, o MPD participa de iniciativas cuja meta é a luta pela consolidação das nossas instituições democráticas. Nos últimos anos estivemos envolvidos no "Investigar é Preciso", movimento criado em 2004 que uniu entidades da sociedade civil em defesa do poder de investigação do Ministério Público.

Tudo começou como uma reação à tentativa de retirada do poder de investigação do Ministério Público a partir de projetos

de lei e de processos judiciais. Um desses processos envolve o deputado maranhense Remi Trinta (PL-MA) e está em andamento no Supremo Tribunal Federal. Acusado pelo Ministério Público de desvio de verbas, o político alegou em recurso ao Supremo a falta de poder do MP para investigá-lo. A decisão poderá criar um precedente que inibe a ação do Ministério Público.

O MPD sabe da importância da liberdade de investigação para não acobertar agentes públicos que pratiquem atos lesivos ao patrimônio público. Por isso, ao lado de outras entidades defensoras do Estado Democrático de Direito fomos signatários do "Manifesto contra a Impunidade", em 2002. O texto rechaça toda e qualquer tentativa de estabelecimento de foro privilegiado para agentes públicos, bem como repudia a aprovação de regras que recebem a alcunha de "lei da mordaza" - as quais têm como objetivo proibir a divulgação de investigações em andamento e, de certo modo, dificultar a averiguação de atos lesivos ao Tesouro.

Ao movimento "Da Indignação para a Ação", surgido em repúdio aos acontecimentos políticos que ligaram o Congresso Nacional ao que se convencionou chamar de "Mensalão", em 2005, o MPD se uniu na batalha com o fim de reduzir a impunidade e a corrupção eleitoral.

Acreditamos que a corrupção é um mal que infelizmente ainda assola o nosso processo eleitoral e, por isso, distribuimos cartilhas do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e fomos uma das organizações que lutaram ao lado da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB pela aprovação da 9840/99 - lei de iniciativa popular que reuniu um milhão de assinaturas para ser aprovada e prevê punição para o candidato que compra votos ou usa a máquina administrativa a seu favor.

Nos últimos anos também apoiamos a campanha bem-sucedida para a criação da Defensoria Pública em São Paulo - o órgão foi criado em 2006 no estado. Em poucas palavras, o defensor advoga para aqueles que não podem pagar por serviços privados de advogado. Ao amparar iniciativas como essas, o MPD reforça sua crença na ampliação do acesso à Justiça como alicerce para um país verdadeiramente democrático.



CLUSÃO Democracia Direitos JUSTIÇA
liberdade de Igualdade Humanização
consciência Responsabilidade
TRANSPARÊNCIA respeito

O MPD HOJE

Sabemos que a conquista da plena cidadania depende da capacitação do indivíduo para que ele saiba quais são seus direitos e como fazê-los valer. É por isso que uma das nossas maiores vocações é a educação popular do direito. Ao fornecer elementos para que a população saiba como reivindicar no dia-a-dia o direito a saúde, o direito à educação e tantos outros garantidos pela Constituição Federal, o MPD constrói junto a outras entidades da sociedade civil uma ponte entre o cidadão e as instituições públicas.

A lista abaixo de projetos não é exaustiva, mas permite ao leitor conhecer um pouco sobre algumas importantes iniciativas nas quais o MPD tem se envolvido desde a sua fundação.

Promotoras Legais Populares: Curso de capacitação direcionado a mulheres maiores de 14 anos para que possam solucionar seus problemas cotidianos junto aos órgãos públicos. Os encontros são semanais e abrangem assuntos como violência doméstica, reconhecimento de paternidade, ou como proceder em relação ao mau atendimento nos serviços públicos. O MPD e outras entidades

participam enviando voluntários para lecionar nas aulas desse projeto que teve início em 1995, quando a ong União de Mulheres decidiu montar na cidade de São Paulo um curso nos moldes de outros aplicados em países da América Latina. Já ganharam

diploma de Promotoras Legais mais de 3,5 mil mulheres na capital paulista e no interior. A iniciativa tem sido implantada em outras cidades brasileiras.

Orientadores Jurídicos Populares: Voltado a lideranças comunitárias de regiões pobres, o curso começou há dez anos no bairro do Campo Limpo (SP), organizado pelo Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo, com o apoio do MPD. Em parceria com o Centro e outras entidades em 2006 o MPD assumiu o projeto em Parelheiros, zona sul de São Paulo, e capacitou mais de 50 lideranças comunitárias, fornecendo conhecimentos jurídicos básicos em aulas semanais ministradas pelos promotores e procuradores membros da nossa associação. A idéia é capacitar os alunos para que eles se tornem disseminadores em suas comunidades do conhecimento adquirido. Os participantes ganharam códigos de direito e a Constituição Federal, além de terem aprendido como preencher formulários e como acessar advogados públicos, entre outras lições práticas.

Casajur: Destinado a formandos ou recém-formados em direito, o Curso de Apoio e Suprimento para Atividades e Concursos Jurídicos tem duração de um ano e atende em aulas semanais alunos de baixa renda, especialmente afrodescendentes, selecionados pela ong Educafro, nossa parceira na empreitada. Não pretendemos competir com cursos jurídicos que existem no mercado, mas acreditamos que o Casajur, criado em 2005, colabora para que futuros ingressantes no Ministério Público, na Magistratura e em outros concursos públicos carreguem em si uma concepção crítica e humanística do direito, ao

LIBERDADE DE IGUALDADE

Democracia Direitos Humanos
Responsabilidade Igualdade

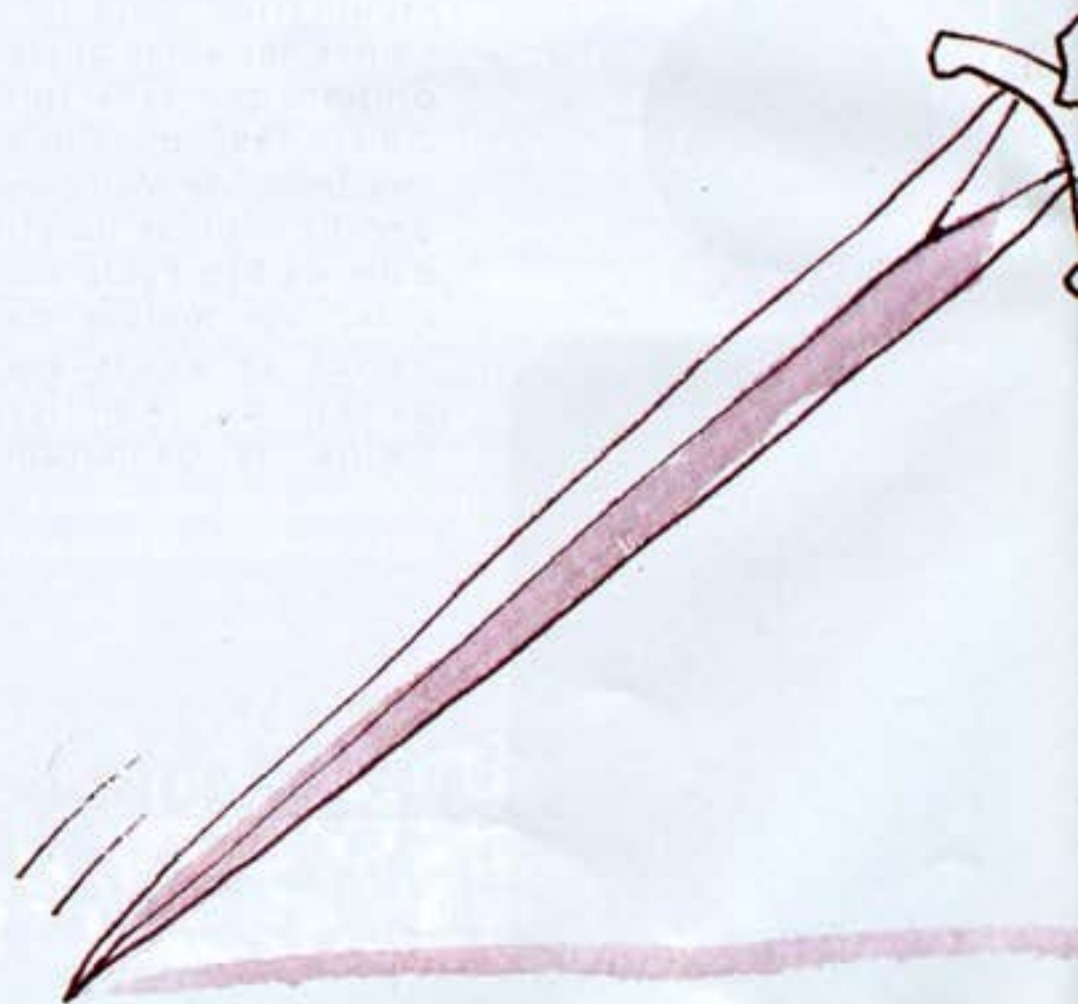
perceber a sociedade multirracial e multicultural em que estão inseridos. A primeira turma, de quase 70 alunos, se formará no final de 2006.

Justiça Restaurativa: Justiça Restaurativa é o nome dado à tentativa de resolução de alguns conflitos judiciais de modo alternativo, fazendo com que as partes se reúnam fora de fóruns ou tribunais. A partir desse encontro, chamado de "círculo", os envolvidos em conflitos de menor potencial ofensivo, como brigas domésticas, podem se entender, sempre mediados por pessoas da própria comunidade já capacitadas para tal tarefa por psicólogos. A idéia da Justiça Restaurativa, ou Justiça Comunitária, é que os envolvidos na situação estabeleçam a melhor forma de superar a questão. O MPD apóia o projeto implantado na cidade de São Caetano do Sul (SP) no ano de 2006. Entre os países que têm experiências bem-sucedidas com a adoção do sistema estão a África do Sul, a Argentina e a Nova Zelândia.

ConPAZ: No início de 2006 o MPD passou a integrar o Conselho Parlamentar da Paz da Assembléia Legislativa de São Paulo. Criado em 2002, o conselho deriva de um programa da Unesco denominado "Comitê Paulista para a Década da Cultura da Paz" cuja meta é a implantação urgente de medidas em prol da paz. Junto a outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais que formam o ConPAZ, o MPD participa de encontros mensais para monitorar se os projetos de lei que circulam pela Assembléia Legislativa estão de acordo com a cultura da paz.

Adotei um Sorriso: Em 2003, o MPD integrou o programa desenvolvido pela Fundação Abrinq com a proposta de oferecer noções de

10



ÉTICA Popularização

"Sensibilizando os seus colegas operadores do direito e popularizando o conhecimento dos direitos da população e o caminho para acessá-los, o MPD é um dos exemplos da democracia brasileira de que podemos nos orgulhar."

Edna Roland, psicóloga e presidente de honra da ong Fala Preta!

"O MPD tem tido um papel importante ao aproximar o Ministério Público da sociedade e ao promover uma discussão sobre a necessidade de democratização e transparência do MP."

Marcelo Beraba, jornalista, diretor da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo e ombudsman da "Folha de S.Paulo"

"O Ministério Público, com a Constituição Federal de 1988, adquiriu funções institucionais que lhe dão a condição de verdadeiro advogado do povo. Nesse quadro, merece especial referência o MPD, com seu claro e firme posicionamento na busca da promoção e defesa do direito como instrumento da Justiça."

Dalmo de Abreu Dallari, professor da Faculdade de Direito da USP e membro da Comissão Internacional de Juristas



Dalmo de Abreu Dallari

"O Movimento do Ministério Público Democrático luta para realizar entre nós o preceito máximo de toda democracia efetiva: fazer com que a transparência dos governantes seja real e que os mesmos governantes respondam pelos seus atos diante do povo soberano. Só este aspecto torna o MPD uma das forças mais saudáveis do universo ético brasileiro."

Roberto Romano, professor de Ética e de Filosofia Política da Unicamp

cidadania e de conhecimentos jurídicos elementares para jovens cadastrados na instituição. O "Adotei um Sorriso" em seu início restringia-se à atuação de dentistas, mas com o sucesso da empreitada outros profissionais entraram em ação para contribuir com suas especialidades.

Além dos projetos citados, os membros do MPD colaboram desde 1998 com o "Dicionário da Cidadania", coluna da publicação semanal Correio da Cidadania (www.correiodacidade.com.br).

ATUAÇÃO NO EXTERIOR

Desde a fundação do MPD, procuramos manter um intercâmbio de idéias com organizações similares à nossa como a Magistrados Europeus pela Democracia e Liberdades, a Medel. Fundada em 1985, esta entidade congrega diversas associações europeias formadas por magistrados, promotores e procuradores que lutam pela democratização do acesso à Justiça. O MPD e a Medel participam de congressos e seminários um do outro.

Logo nos primeiros anos do Movimento, em 1994, estivemos presentes no IV Congresso da Medel em Lisboa, Portugal. Na ocasião expusemos as funções do Ministério Público brasileiro e esclarecemos aos associados da entidade europeia o processo de impeachment sofrido em 1992 pelo então presidente da República do Brasil. Mais recentemente, em

2004, pudemos contar durante o congresso do MPD "Conhecendo a Sociedade Brasileira Contemporânea", realizado em São Paulo (SP), com a visita de António Cluny, procurador-geral adjunto português e integrante da Medel.

Em 2005, o MPD esteve presente nos eventos de comemoração aos 20 anos da Medel em Roma, na Itália. No mesmo ano, alguns membros do MPD participaram do curso promovido pela Medel "Direitos Humanos para Latino-Americanos", em Barcelona, na Espanha. Paralelamente ao evento, procuradores, promotores e juízes latino-americanos se reuniram e, desse encontro, surgiu a Federação das Associações dos Juizes para a Democracia da América Latina e Caribe.

Essa nova entidade internacional deseja, por meio da constante troca de informações entre seus membros, estabelecer um corpo sólido de juristas que sirvam em instituições públicas para administrar possíveis crises em que haja desrespeito aos valores democráticos do Estado de Direito na América Latina. O MPD integra a primeira gestão da diretoria da Federação, e o primeiro seminário oficial da entidade, "Independência Judicial e Direitos Humanos", será realizado em Atibaia (SP), em setembro de 2006.



DIVULGANDO IDÉIAS

Mais do que divulgar as atividades do MPD, nossa revista, a "MPD Dialógico", o site www.mpd.org.br e o programa de tevê "Trocando Idéias" nos permitem propagar nossos ideais por todo o Brasil.

A revista é a impressão em papel de uma verdadeira troca de idéias. Foi lançada em 2004, é bimestral e se tornou um indispensável instrumento de comunicação capaz de atingir tanto os operadores do direito como o público leigo.

Cada uma de nossas edições aborda um tema de interesse da sociedade brasileira, como o sistema carcerário, a condição dos idosos no país, a impunidade e a exclusão social, em artigos e reportagens. Trazemos também perfis de juristas de renome especializados no assunto em questão.

A semente para a criação da "MPD Dialógico" foi o boletim do Movimento do Ministério Público Democrático, que circulou, com algumas interrupções, entre 1995 e 2004, com periodicidade bimestral.

Agora, se você deseja conhecer o MPD na Internet, basta clicar: www.mpd.org.br. O nosso endereço ganhou recentemente uma cara nova e se tornou mais funcional e atrativo para quem procura saber as últimas notí-

cias sobre os projetos realizados e apoiados pelo MPD, bem como sobre seminários e congressos organizados pela nossa associação. Trazemos na página principal um atualizado resumo de notícias do universo jurídico, sempre dando mais importância àquelas que dizem respeito à nossa atuação.

Dicas de leitura, indicação de sites úteis e a reprodução de algumas leis fundamentais para o exercício da cidadania, bem como da legislação essencial relativa aos direitos humanos no Brasil e no mundo o visitante também encontra em nosso endereço na Internet.

Além disso, o leitor pode participar de nossas seções interativas, conversando em bate-papos com os associados do MPD, votando em enquetes sobre assuntos em destaque no noticiário jurídico da semana, ou se cadastrando para receber nossa newsletter semanal.

E, como não poderia faltar, disponibilizamos para conhecimento geral o estatuto do MPD e uma descrição da entidade e de sua história. Entre e participe: basta clicar www.mpd.org.br.

MPD NA TV

Aproximar o cidadão comum da Justiça brasileira: este é o eixo central do "Trocando Idéias", programa de tevê do MPD que em seu quinto ano de existência vem trilhando esse caminho com o objetivo de contribuir com a edificação de uma

INCLUSÃO Democracia IGUALDADIA direitos
consciência Responsabilidade
TRANSPARENCIA respeito CIDADANIA

sociedade mais consciente de seus direitos e do funcionamento de suas instituições.

Temas polêmicos como a gravidez na adolescência, a eutanásia, o aborto, a impunidade, ou ainda questões jurídicas que dizem respeito a todos nós como a discussão sobre a reforma do Poder Judiciário, a corrupção eleitoral e as leis em vigor, a legalidade dos planos de saúde existentes, entre outros, são objeto de debate semanal.

O programa foi reformulado em 2006 e se tornou mais dinâmico: em seu novo formato colocaremos no ar pequenos documentários sobre o tema abordado. Em estúdio, o apresentador e o convidado irão debater com outros convidados, os quais terão seus depoimentos gravados fora do estúdio.

A proposta do projeto continua a mesma: fomentar em grande escala a conscientização dos brasileiros sobre questões de relevância nacional. As edições do programa são veiculadas semanalmente pela TV Comunitária, para a cidade de São Paulo, e pela TV Justiça, em rede nacional. Devido à qualidade editorial de nossa programação, o "Trocando Idéias" foi premiado em 2002, 2003 e 2004 pela Associação Brasileira dos Canais Comunitários.

direitos humanos
SOCIETADAD
CIDADANIA
responsabilidade
TRANSPARÊNCIA





movimento do Ministério Público Democrático-
MPD, teve início em 1991, originado de um grupo
de procuradores, que sempre viram o
no um órgão do Estado, cujo único

direitos do cidadão e, em espec
favorecidos.
Ao completar seu décimo aniversário

Esperanças
ntes

Responsabilidade Penal Juvenil e Acesso à Justiça



Dessa maneira
diversos ev
desenvolver s
relacionament
como o progr
Idéias” e a m
conosco”,
www.mpd.org.br
população o
dúvidas, além
mais direta e
palestras pro
integrantes em
instituições de
órgãos, vis
enfrentament
específicos da
Mas, isso é ap
ais, publicação, por si só é mais um ef



de 1988, já no
e Garantias Indivi
a existência de direitos
"não individual". Ao invés de repetir o pre
ceito da Carta anterior, segundo o qual
nenhuma lesão a direito individual poderia ser





Apoio:



www.mpd.org.br